

4. Roubar a alma – ou as dificuldades da restituição¹

Carmen Sílvia de Moraes Rial²

Introdução

Restituição é um termo novo no vocabulário da Antropologia Audiovisual brasileira. Como tantos outros conceitos que ingressaram no nosso repertório acadêmico, traduzimos *restituição* – no caso, do francês, *restitution*. Restituir, devolver. Embora a palavra seja nova, a ideia não o é. Há muito tempo, os antropólogos³ que se interessaram pelo audiovisual no país refletiram em torno da devolução de seus produtos, mas o fizeram através de outra categoria, *compartilhamento*. Quem examinar os textos escritos há alguns anos, dificilmente encontrará *restituição*, mas é altamente provável que se depare com reflexões em torno da “Antropologia Compartilhada”. Devolver as imagens aos protagonistas das imagens, e, também, – se possível – construir as imagens juntamente com eles estava no centro da ideia da Antropologia Compartilhada, remetendo a processos heurísticos e práticas de pesquisa que evocavam, de modos diferentes, ao menos dois grandes mestres do passado: Robert Flaherty e Jean Rouch. Ensinávamos aos estudantes os procedimentos de uma Antropologia Compartilhada, usando como exemplo *Nanook of the North*⁴, explicando o quanto o filme era devedor das Inuit, que assistiam os “*rushes*” tão logo eram revelados por Flaherty, passando um *feedback* e sugerindo novas cenas. Toda uma nova ética na relação antropólogo-pesquisado, dialógica, estava subentendida ali, antecipando, em décadas, as propostas dos pós-modernos norte-americanos. Todavia, por mais que louvássemos esse procedimento como vanguardista, não podíamos deixar de mostrar sua “outra face”. Apontávamos os limites deste compartilhar: os “Inuit de Nanook” pouco viram acerca dos ganhos do filme, embora tenham sido corresponsáveis por partes do “roteiro” (indicando cenas, como as da caçada do urso) e por muito mais do que isso (já que, como Flaherty reconhecia, teria tido dificuldades em se localizar e sobreviver no Ártico sem seus saberes). Sucesso de bilheteria desde o seu lançamento, o

¹ Agradeço à CAPES e ao CNPq pelos financiamentos que tornaram possíveis as pesquisas às quais me refiro neste artigo.

² Departamento de Antropologia, UFSC.

³ Ao longo do texto, usei palavras no masculino e no feminino intercaladamente. Elas podem ser convertidas para um ou outro gênero.

⁴ Documentário, produzido por Estados Unidos e França, em 1922, com direção de Robert Flaherty.

filme *Nanook of the North* trouxe glória e dinheiro ao seu diretor. E o modo oposto em que, posteriormente, morreram Flaherty e o protagonista de *Nanook* bem demonstra a enorme distância entre um e outro – enquanto o cineasta faleceu em um acidente a bordo de um automóvel de luxo adquirido com os lucros do filme, o Inuit-caçador que protagonizou *Nanook* morreu de fome.

Um compartilhamento mais justo parece ter conseguido Jean Rouch com os seus interlocutores africanos, que inventaram personagens, improvisaram falas e conduziram as narrativas em mais de um caso. Rouch soube reconhecer isso, atribuindo aos personagens um surpreendente *status* de coautores em alguns dos seus filmes, criando uma sociedade e repartindo as gratificações financeiras. Mesmo que poucos tenham repetido a fórmula radical proposta por Rouch, seus procedimentos, sem dúvida, foram decisivos para outras maneiras de se praticar uma Antropologia Compartilhada na Antropologia Audiovisual, aprofundada no trabalho do antropólogo australiano (nascido nos Estados Unidos) MacDougall (1975).

E *restituição*? Para as pesquisadoras francesas que se inserem na Antropologia Audiovisual (mas não apenas estas, já que o termo é popular entre antropólogos de modo geral), a categoria tem dois sentidos: “devolver as imagens”, como fizeram Flaherty, Rouch, MacDougall e tantos outros; mas, também, o de “divulgação dos resultados da pesquisa” – o que, entre nós, era (e é) contido na palavra *extensão* ou na ideia de *além-muros*.

Restituir significando extensão

Como sabemos, a Extensão é parte das obrigações de todos os professores nas Universidades Federais brasileiras (junto com o ensino e a pesquisa) – e isso ao contrário do que ocorre em outros países, como a França ou nos Estados Unidos. Na França, que apenas recentemente uniu institucionalmente a pesquisa e ensino, pois antes estas atividades podiam ou não ser realizadas concomitantemente por um professor/pesquisador, a extensão/*restitution* é alvo de grandes reflexões⁵. Algumas apontam para o caminho de sua idealização, transformando a devolução em uma obrigação ética do pesquisador, outras expressam profundas desconfianças⁶. Restituição aqui engloba o compartilhamento, sem ser dele sinônimo. Devolve-se aos interlocutores

⁵ Ver “Colloque International Ethnographies Plurielles IV. Restitution et diffusion des données d’enquête Université de Bourgogne” (ZONABEND, 2014).

⁶ Como é o caso de Françoise Zonabend, conforme podemos confirmar na palestra proferida no Colóquio de Dijon, em 2014 (evento referido na nota precedente).

da pesquisa, mas não apenas a eles, pois o termo restituição se aplica, também, às entrevistas a jornais ou televisões, aos artigos de divulgação, às palestras a um público não acadêmico. Por razões que não “valem a pena” explorar aqui, mas que pude observar ao longo dos anos que vivi no país, os intelectuais na França têm muito maior resistência ao contato com a mídia do que os brasileiros⁷. A atuação dos acadêmicos que frequentam os programas de televisão e buscam estar nas páginas dos jornais e revistas é vista com enorme reticência – e até preconceito – por grande parte dos seus colegas, como se estivessem “espetacularizando suas ideias”. Bourdieu (1996), em *Sur la télévision*, chegou a criar um termo pejorativo para designá-los: “*fast-thinkers*”, os pensadores-rápidos, capazes de opinar sobre tudo e qualquer coisa.

Como *restituir* – no sentido de divulgar – sem passar pelos meios de comunicação de massa? E vale fazê-lo, correndo o risco de ver suas ideias, no melhor dos casos, retiradas do contexto e banalizadas, ou pior, podendo acabar em um tribunal – como no caso que Zonabend (2014), que nos conta sobre a “quebra” do anonimato de seus interlocutores de Minot, mantidos no anonimato nos livros que ela e Yvonne Verdie, Tina Jolas e Marie-Claude Pingaud⁸ escreveram, mas que tiveram suas identidades reveladas por uma jornalista menos consciente das implicações desta revelação? O dilema é confrontado pelas antropólogas francesas hoje, não apenas no audiovisual mas especialmente nele.

A situação e os riscos não variam muito “deste lado do Atlântico”, onde os pesquisadores também são constantemente assediados pela mídia e, muitas vezes, veem suas declarações serem distorcidas. O preconceito entre os colegas, porém, não parece ser da mesma ordem. Há antropólogos conhecidos que escrevem regularmente para

⁷ Conforme escrevi em outro lugar: “Não há novidade nesta negação da imagem”. “*L’image est la folle de la raison*”, dizia Sartre. O movimento anti-imagem tem suas raízes em Platão, segue na Idade Média, com os iconoclastas, e a polêmica em torno da reprodução ou não de imagens sacras. Lyotard (1986), citando Êxodo 2,4 – “Não esculpirás imagem” –, considera a passagem como sendo a mais sublime da Bíblia, pois proíbe qualquer representação do absoluto. Ele a aproxima dos axiomas da estética da vanguarda da pintura (portanto, moderna), que fará ver o invisível sem representá-lo ou, nas palavras de Lyotard: “como pintura esta estética ‘apresentará’, sem dúvida, algo, mas o fará negativamente, evitará pois a figuração ou a representação. Será ‘branca’ como um quadro de Malevitch. Fará ver, na medida em que proíbe de ver; procurará prazer, dando dor”. A pós-modernidade, ao contrário, recupera a força dos ícones: sua retórica passa do convencimento à sedução, da argumentação à imagem. Para Maffesoli (1985, 1987, 1990), a televisão é vista como o exemplo máximo da imagem, como tendo uma função agregadora. Contrapondo-se a McLuhan (1969) e a Maffesoli, Umberto Eco (1989) diz que nós não vivemos absolutamente na idade da imagem: voltamos à época da escrita, com o computador, o videotexto, a conferência televisionada, na qual as informações são transmitidas por intermédio da tela: uma época de uma nova alfabetização. E prediz que a maior parte do que veremos pela tela nos próximos anos será palavra escrita e não imagem, uma palavra que deverá ser lida a uma velocidade acelerada. Para Eco, estamos vivendo esse processo de re-alfabetização, mesmo que as novas letras deste alfabeto possam parecer “sem alma” aos intelectuais: “*dir, park, copy, delete*” (RIAL, 1989, p. 37).

⁸ Zonabend, 1980 e Zonabend et al., 1990.

jornais (como Roberto Da Matta) ou em *blogs* jornalísticos (como Yvonne Maggie), e esse tipo de trabalho tem tido boa repercussão no campo acadêmico.

A *restituição* no sentido de divulgação é, não apenas bem-vista, como é, também, uma das obrigações dos professores, pelo menos dos que integram o quadro dos departamentos de universidades federais, que preconizam a tripla atuação dos docentes: pesquisa, ensino e extensão (a administração costuma ficar de fora, embora também seja uma “quase obrigação” assumir, em algum momento da carreira, cargos administrativos). Ainda que faça parte de suas tarefas, a divulgação sempre teve um papel menor diante da Pesquisa e do Ensino.

Os trabalhos de Extensão historicamente têm sido pouco valorizados na *audit cultur* (cultura da avaliação) – seus resultados recebem pontuações menores comparados aos da Pesquisa ou Ensino. Por exemplo, uma entrevista em uma rádio, por mais que seja ouvida por milhões de pessoas, receberá poucos pontos no relatório da CAPES, bem menos do que um artigo em periódico acadêmico, ainda que este seja “*qualificado*” como local.

É possível que isso venha a se modificar nos próximos anos. Recentemente, o CNPq iniciou um processo de alterar esse quadro, passando a incentivar as ações de extensão através de notação própria no Currículo Lattes.

Voltemos ao significado do termo: no Brasil, extensão significa transmitir a um grande público os resultados de uma pesquisa, ou a expertise sobre um determinado assunto. Isso pode ser feito tanto por meio de um pôster em feiras promovidas pelas universidades uma vez por ano, quanto pela ocupação de espaços na mídia, por filmes na internet, por palestras ou filmes abertos ao público, além de diversas outras maneiras. Espera-se, com essa forma particular de restituir o conhecimento, contribuir para uma melhora do social.

E tem-se obtido resultados positivos. Uma característica particular da academia brasileira, e que tem chamado a atenção de outras Antropologias, é nossa capacidade de impactar no espaço público com nossas pesquisas, influenciando políticas governamentais, legislações, ações de agentes públicos em diferentes esferas⁹.

Essa é uma forma democrática de relação com o conhecimento, e que tem se aprofundado, paralelamente à internacionalização do conhecimento acadêmico, que é

⁹ Apenas para lembrar exemplos recentes relacionados às relações de gênero: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006) assim como a aprovação da união estável homoafetiva no país – como estabelece a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça –, foram resultados de ideias feministas que emanaram, na sua grande parte, da Academia, transbordando e impactando os movimentos sociais, e deles, os agentes formadores de políticas públicas e os legisladores.

um grande objetivo posto pelas instituições financiadoras no país. Desenvolver-se para fora, visando a um público estrangeiro, é um objetivo louvável, assim como também o é o espalhar o conhecimento para um público de fora da academia (não uso “extramuros”, pois raramente a universidade os tem).

Isso posto, e reconhecendo a importância de se pensar a restituição no seu significado de extensão, devo alertar o leitor de que não trataremos dela aqui. Vamos no centrar na segunda acepção do termo *restituição* na Antropologia, que é o de uma Antropologia Compartilhada com os interlocutores, ou seja, com a devolução da pesquisa aos que a tornaram possível¹⁰.

Restituir significando devolver

Restituir seria, então, retornar os dados retirados sob outra forma – de um artigo, um filme etc. Foram retirados de conversas ou entrevistas, e voltam sob uma roupagem antropológica. Todavia, o que eu gostaria de defender aqui é a impossibilidade desta restituição.

Assim como um mesmo leitor não lê o mesmo livro duas vezes, pode-se oferecer de volta às falas, mas elas já não serão as mesmas – portanto, não serão “res-tituídas”. E não apenas porque as águas do rio não cessam de mudar, mas porque o artigo ou o filme serão percebidos de um modo que não dominamos e que podem ter pouca relação com o que foi antropológicamente realizado. Tomo um exemplo: o filme “Djero encontra Iketut em Bali”¹¹ (RIAL; GROSSI, 2011). O filme resultou de um feliz acidente: fomos até o vilarejo onde George Bateson e Margareth Mead fizeram uma pesquisa, a qual resultou no livro *Balinese Character*¹²; e, por um feliz acaso, encontramos um dos balineses que tinham sido “pesquisados”. Destaco o seguinte trecho do diálogo:

– *Você conheceu a estrangeira? – Perguntou em balinês Djero, nosso motorista, para um senhor que lhe pareceu ser o mais velho em uma concentração de pessoas na rua.*

– *Sim, Margareth. – respondeu Iketut, sem hesitar (informação verbal).*

E nos levou à sua casa, para ver o livro que Mead tinha lhe presenteado em sua última visita à *Desa Bayung Guede*, nos início dos anos 1960, e que Iketut guardava,

¹⁰ Haveria, ainda, outra acepção, muito presente hoje na área de Patrimônio e Museus, a qual que trata do retorno dos objetos retirados dos grupos estudados e mantidos em instituições museais. Não tratarei aqui desta forma de restituição (dos objetos ou de seus clones ou imagens), visto que o tema já tem sido bastante estudado (Rial 2016).

¹¹ Acessível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f6ZeKYRaLxI>>.

¹² Ver Bateson e Mead, 1985.

com todo o cuidado, enrolado em um saco plástico. A dedicatória do livro dizia “o bebê que eu vi nascer”; mas, como ele explicou, sua foto não estava no livro, apenas a dos seus amigos, que ele nomeava ao apontar para as páginas viradas com interesse por Djero, repetindo “estão todos mortos... Todos mortos”. Mead havia visitado a escola onde estavam os seus amigos, mas foi para Iketut que ela dedicou o livro – possivelmente por ter sido amiga da mãe de Iketut, acompanhado a gravidez dela e filmado o nascimento deste.

Dado o exposto, percebemos que ali estávamos diante de um caso paradigmático de restituição: a antropóloga que retorna ao local de pesquisa com o resultado da pesquisa – no referido caso, nada menos do que o livro considerado fundador da Antropologia Visual. Nós olhávamos para as fotos dos gestos cotidianos, das relações entre pais e filhos, mães e filhos e filhas, e víamos expressões que captavam o *ethos* balinês, tal como Bateson e Mead intencionaram. Mas Iketut? O que ele percebia na obra preciosamente preservada da umidade e insetos do vilarejo incrustado nas montanhas, não muito distante da turística capital de Bali? Para Iketut, tratava-se de um livro de recordação, dos amigos que estavam “todos mortos”, e que ele ia nomeando um a um ao folhar as páginas. *Balinese Character*, para ele, era um álbum de família, capaz de emocionar e trazer recordações do mesmo modo que nossos (LEITE, 2001)¹³.

O gesto de Mead em trazer e doar *Balinese Character* – eticamente irreparável e elogiável sob muitos pontos de vista, entre os quais o de uma Antropologia que preconiza o compartilhamento e a restituição – não pode, no entanto, ser tomado como restituição. Margaret Mead devolveu *Balinese Character*; afinal, segundo o ponto de vista dessa pesquisadora, tratava-se de uma restituição. Porém, Iketut recebeu um “álbum de fotografias”, não a pesquisa de Bateson e Mead, não *Balinese Character* (BATESON; MEAD, 1985).

Seria possível poderia pensar, a partir desse exemplo, que a restituição é uma impossibilidade quando é grande a “distância cultural” (para usar termos de Mead), como entre os antropólogos e os moradores de Bayun Gedé. Talvez fosse possível restituir em casos em que os antropólogos e pesquisados experienciassem uma distância menor. Quem sabe se outro antropólogo tivesse sido pesquisado recebesse *Balinese Character* como *Balinese Character*? (BATESON; MEAD, 1985). Sem dúvida, isso parece mais do que provável. No entanto, não se deve pensar que esta restituição ocorre sem problemas.

¹³ Refere-se ao livro “Retratos de Família: leitura da fotografia histórica”.

Nesse sentido, recorro ao relato de outra experiência. Quando terminamos de editar “*Mauss segundo suas alunas*”¹⁴ (RIAL; GROSSI, 2012), quisemos restituir o filme e obter o aval das entrevistadas antes de exibí-lo. Na ocasião, apenas uma das três protagonistas do filme, Germaine Tillion, ainda estava viva, e passando o verão na sua agradável morada no interior da Bretanha, em Plouhinec – e abriu suas portas a visitantes, em setembro de 2014, por iniciativa da Associação Germaine Tillion. Para que ela pudesse ver o filme, teríamos de ir até lá ou esperar mais um ano, até que retornássemos à França. Fomos, então, à Bretanha, alugando um carro na estação de trem, pois não havia transporte público até sua casa. Com a generosidade de sempre, ela ofereceu nos hospedar, mas o filme não lhe parecia interessar muito. Entendi o porquê mais tarde, durante uma conversa em que Miriam disse tê-la ouvido em um programa de rádio com Jacques Derrida e Hélène de Cixous, e Tillion, ocasião em que respondeu: “ah... De fato, os dois vieram tomar um chá e conversar comigo numa tarde. Foi muito agradável!”. Para ela, o encontro foi com eles, o programa de rádio, ela nem se lembrava de que tinha sido realizado.

De qualquer modo, conseguimos saber, com antecedência, que, sim, Germaine Tillion tinha uma televisão na casa da Bretanha, mas não um aparelho de VHS. “*Pas de problème!*”, pensei: levaremos um aparelho de VHS. Fizemos uma estratégica parada em Auray, a cidadezinha mais próxima, e depois de algumas indagações, localizamos uma loja que vendia e alugava aparelhos de VHS. Para evitar problemas de conexão, tomei o cuidado de alugar diferentes cabos, todos os disponíveis, de modo a garantir que um deles se ajustasse ao aparelho de TV de Tillion. Ficamos de devolver na segunda-feira, já que era um sábado. E desembarcamos na casa da nossa “informante”, com o aparelho de VHS, todos os cabos possíveis por precaução e o filme sob o braço, para realizar o que considerávamos nossa obrigação ética: conseguir sua aprovação antes de divulgarmos o resultado na pesquisa. Como era de esperar pelas conversas anteriores, Germaine não parecia muito interessada em ver o filme – ao contrário de Denise Paulme, por exemplo, que, em uma das visitas, pediu à Miriam a cópia de uma entrevista que tinha dado para a rádio *France Culture* – pois a emissora demandava 100 euros (sic!) para a sua disponibilização, ou seja, estações de rádio, mesmo as subvencionadas pelo Estado como é o caso, restituem mediante pagamento.

¹⁴ Ver Rial e Grossi, 2002. Acesso em https://www.youtube.com/watch?v=4_bsGMv1Ns8&t=45s, em <https://www.youtube.com/watch?v=Aw3d3uuy9io&t=12s>, em <https://www.youtube.com/watch?v=VFjGQYH6aAU>, em <https://www.youtube.com/watch?v=RCyjW7Tzoqs>, e <https://www.youtube.com/watch?v=tsAz7XnCsua&t=258s>. Acesso em 12 fevereiro 2018.

Mas voltemos a Tillion. Quando, ao final da tarde, finalmente conseguimos convencê-la a assistir o filme, e retirei aparelhos e cabos da sacola... Tivemos uma surpresa e decepção. A televisão era de um modelo tão antigo, que não possuía entrada adequada. Tinha sido fabricada antes da invenção dos aparelhos de VHS!

Conclusão (ou melhor, moral da história): a restituição, em alguns casos, implica diferenças geracionais, e estas podem significar questões técnicas bastante risíveis.

Assim, para terminar o caso da restituição do filme “*Mauss segundo suas alunas*”, no ano seguinte, conseguimos que Madame Tillion, finalmente, assistisse ao filme: levamos um computador, que foi colocado na mesa de comer da sala da sua casa em Meudon. Germaine Tillion o viu, comentando certas passagens, como se estivesse conversando com as outras protagonistas: “*C’est bien ça*”, “*Oui, tout a fait*”. E, ao final, para nosso alívio (pois o filme já havia sido projetado), deu seu veredito: “É muito bom o que vocês fizeram! É... (pausou buscando as palavras) Como um livro”.

“Como um livro”. Sem contar com um grande repertório de filmes, como o que tínhamos feito, ela foi buscar, no que conhecia (o dos livros), um lugar para situar o filme, muito embora ela tenha sido a “grande mão” por trás de um dos dois mais importantes filmes sobre campos de concentração da II Guerra Mundial, o *Nuit et brouillard*¹⁵, de Alain Resnais, com base no seu livro *Ravensbrück*¹⁶.

Se essas experiências apontam dificuldades pela ausência de um repertório comum, ainda assim estão longe dos mal-entendidos que enfrentei em outra pesquisa, entre pescadores/agricultores e seus descendentes em bairro da Ilha de Santa Catarina¹⁷.

Devo mencionar dois episódios sobre a pesquisa denominada “*Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*”. O primeiro episódio foi a visita que recebi de meus interlocutores durante a passagem de uma bandeira do Divino. Como visitava regularmente a casa de pescadores/agricultores, achei que era hora de tê-los também na minha, não analisando que as reproduções de pinturas de quadros que eu tinha em minha sala, alguns com nus, estavam longe das reproduções de santos e santas que fotografara em suas casas, e que poderiam “prejudicar” a visita. Na verdade, eles somente tiveram olhos para os nus nos quadros. E eu, constrangida, então, me “dei conta” da existência dos quadros – que foram retirados dali para sempre e deslocados para lugares menos públicos (RIAL, 1988). Além disso, o outro momento foi mais dramático. Convidei alguns estudantes a me acompanharem em uma visita à matriarca de uma família que vivia em um grande sítio em um lugar isolado. Embora em área

¹⁵ “Noite e Neblina”, um curta-metragem produzido na França.

¹⁶ Acessível em: <http://www.wat.tv/video/nuit-brouillard-2-film-alain-2yez5_2fquh_.html>.

¹⁷ Ver Rial, 1988.

urbana, não era possível acesso por automóvel. Lá havia um engenho de farinha, tocado pela força de bois. Estávamos em um grupo de uns dez pessoas, conversamos com a matriarca, aceitamos o café. Os estudantes fotografaram e gravaram a visita, registrando a casa, o engenho, o pátio e a roça, em um exercício de pesquisa coletiva bastante produtivo. Passados dois meses, tornei a visitá-la, mas a encontrei muito irritada comigo: “você trouxe aqueles funcionários da Prefeitura, e eles vieram, fotografaram tudo, e aumentaram o IPTU¹⁸ em seguida”.

Considerações finais

Dar novamente, restituir, é um exercício bastante complicado. Pode-se (e deve-se) tentá-lo, mas sabendo que o que se dá nunca é o mesmo que se recebe. Acho que foi Lacan que disse isto, de um modo mais convincente, em uma frase mais ou menos assim: “sou responsável pelo que digo, mas não pelo que você escuta”, a qual poderíamos transformar em “sou responsável pelo que dou, mas não pelo que é recebido”. dessa forma, a restituição é possível quando os participantes da troca compartilham a mesma enciclopédia, como foi o caso com Tillion – e ainda assim...

Entre muitos, em muitos lugares, ser fotografado não é um ato anódino. Alguns falam até em “roubo da alma”¹⁹. Há um pouco disso em cada pesquisa que realizamos, com ou sem imagens. E muito de ilusão na esperança de que a *restituição* da pesquisa devolva a alma roubada.

Referências

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. *Balinese Character: a Photographic Analysis*. New York: New York Academy of Sciences, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Sur la télévision*. Paris: Liber; Raisons d’agir, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:

¹⁸ Imposto Predial e Territorial Urbano.

¹⁹ Ver BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 e SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 12 fevereiro 2018.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://cnj.jus.br/images/imprensa/resolucao_n_175.pdf>. Acesso em: 12 fevereiro 2018.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MACDOUGALL, David. 'Beyond Observational Cinema', em *Principles of Visual Anthropology*, Paul Hockings (ed.) The Hague: Mouton, 1979: 89-104.

RIAL, Carmen. 1988. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1988. 372 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

_____. Mídia e Sexualidades: Breve Panorama dos Estudos de Mídia. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 107-136.

_____. Livro Museus RBA.

ZONABEND, Françoise. *La mémoire longue – Temps et histoires au village*. Paris: PUF, 1980.

_____. et al. *Une campagne voisine. Minot, un village bourguignon*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

_____. Colloque International Ethnographies Plurielles IV. Restitution et diffusion des données d'enquête Université de Bourgogne. *Dijon*, p. 27-29, jan. 2014.

VIDEOGRAFIA

NANOOK of the North. Direção: Robert Flaherty. Intérpretes: Allakariallak; Nyla Cunayou. Gênero: Documentário. Origem: Estados Unidos, França, 1922. 1 fita de vídeo (79 min), VHS, son., p. b.

NUIT et brouillard. Direção: Alain Resnais. Música: Hanns Eisler. Narração: Michel Bouquet. Roteiro: Jean Cayrol, Chris Marker. Fotografia: Sacha Vierny, Ghislain Cloquet, Constantine Makris. Paris, 1955 (32 min). cor, son.

RIAL, Carmen Silvia; GROSSI, Miriam Pillar Grossi. *Djero encontra Iketut em Bali*. 2011. [vídeo]. (12 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WeRFRk0MwpM>>. Acesso em: 12 fevereiro 2018.

Michela 16/3/16 16:10

Comment [1]:

Qual a data de acesso?

Michela 16/3/16 16:10

Comment [2]:

Qual a data de acesso?

RIAL, Carmen Silvia; GROSSI, Miriam Pillar Grossi. *Mauss segundo suas alunas*. 1 mar. 2002. [vídeo]. (40 min 43 s). Disponível em: Acesso em em https://www.youtube.com/watch?v=4_bsGMv1Ns8&t=45s, em <https://www.youtube.com/watch?v=Aw3d3uuy9io&t=12s>, em <https://www.youtube.com/watch?v=VFjGQYH6aAU>, em <https://www.youtube.com/watch?v=RCyjW7Tzoqs>, e <https://www.youtube.com/watch?v=tsAz7XnCsua&t=258s>. Acesso em 12 fevereiro 2018.